

A CRYPTO-ARGUMENTAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO ESTRATÉGICO

Sumiko Nishitani Ikeda (PUCSP)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)
LAEL – R.Monte Alegre, 984-CEP 05014-901

RESUMO: *A lingüística crítica interessa-se por pressupostos ideológicos, que, embora não tomem parte da estrutura formal do texto, são aspectos de sua interpretação. A análise enfoca um ensaio da revista VEJA, apresentado como uma descrição de três profissões, mas que esconde uma crypto-argumentação no enquadre de uma propriedade matemática (Se $A=B$, e $B=C$, então $A=C$). Acredito que o autor apele para essa estratégia devido a sua posição na instituição – ele é o seu editor especial – para expressar sua opinião sobre a eleição presidencial brasileira. A análise apóia-se na semântica avaliativa da lingüística sistêmico-funcional, o Appraisal.*

PALAVRAS-CHAVE: *discurso estratégico; Appraisal; crypto-argumentação.*

ABSTRACT: *Critical linguistics is interested in ideological assumptions, which, though they do not form part of the formal structure of the text, are aspects of interpretations. The article under analysis, published in VEJA, is, presented as a description of three professions, but hides a crypto-argumentation within the framework of a mathematical property (If $A=B$, and $B=C$, then $A=C$). I argue the author appeals to this strategy because of his position in the institution – he is its special editor – in order to display his opinion concerning the Brazilian presidential election. The analysis draws on evaluative semantics within systemic functional linguistics referred to as Appraisal.*

KEY-WORDS: *strategic discourse; Appraisal; crypto-argumentation.*

Introdução

A lingüística crítica interessa-se em pressupostos ideológicos, que, embora não tomem parte da estrutura formal do texto, são aspectos de sua interpretação, camufladamente cunhada na estrutura do texto. Um texto é “um produto do processo de produção do texto” (Fairclough, 1989:24), encaixado no discurso, que constitui o processo social de qualquer interação.

Nossa análise enfoca um ensaio, de Roberto Pompeu de Toledo, publicado na revista VEJA, de 16.1.2002, e examina essas estruturas dentro do enquadre de uma propriedade matemática (Se $A=B$, e $B=C$, então $A=C$), que permeia o ensaio e forma o eixo de sua estrutura argumentativa. O texto é, num exame superficial, um gênero descritivo comparativo de três profissões, mas esconde um outro gênero, a crypto-argumentação (Kitis & Milapides, 1997), valendo-se do ‘mundo textual’ (Semino, 1997: 1). Por ‘mundo textual, o autor quer dizer “o contexto, cenário ou tipo de realidade que

é evocado em nossa mente durante a leitura e que é referida pelo texto”. De acordo com o autor, quando lemos, inferimos ativamente um mundo textual ‘atrás’ do texto. Acredito que o autor apele para essa estratégia devido à sua posição na instituição – ele é seu editor especial – para expressar sua opinião sobre a eleição presidencial brasileira.

O ensaio não pretende apenas informar, mas informar sob uma certa perspectiva, e assim contribuir para a formação da opinião pública. Como está assinado, ele não representa necessariamente uma posição ideológica da revista; contudo, o simples fato de um ensaio aparecer numa revista como a VEJA permite-nos investi-lo com a mesma autoridade e credibilidade desfrutadas pelo periódico.

No momento em que uma pessoa entra numa instituição, ela é categorizada de acordo com as prioridades e interesses da instituição. Essas categorias institucionalmente encaixadas e altamente específicas de seus membros são materializadas em instrumentos classificatórios (Bowker and Star, 2000). As categorias são ricas em conhecimento cultural e atuam como recursos de construção de significado e de restrições para a percepção, o raciocínio e lembrança. (Billig, 1985; Edwards, 1997; Middleton and Edwards, 1990). Como instrumentos de contextualização, elas são também meios através dos quais somos capazes de coletivamente partilhar perspectivas e fazer sentido de eventos. As categorias institucionais possuem um fundo argumentativo e emergiram como recursos para capacitar a ação social (Edwards, 1991).

A lingüística crítica procura, estudando os detalhes da estrutura lingüística à luz da situação social e histórica do texto, trazer à consciência os padrões de crenças e valores codificados na língua – e que estão aquém da percepção daqueles que aceitam o discurso como ‘natural’. De acordo com Fowler (1991), o melhor modelo para examinar as conexões entre estrutura lingüística e valores sociais é o modelo funcional desenvolvido por M.A.K. Halliday e colaboradores (1978;1985;1994), embora ele considere as metafunções sistêmicas - ideacional, interpessoal e textual - como conjuntos de opções sociais, e não áreas de escolhas pessoais privilegiadas, como acredita Halliday. A abordagem sistêmica não apenas fornece uma descrição detalhada das funções e estruturas do inglês (Halliday 1985), mas vai além e relaciona dimensões do registro à organização semântica e gramatical da língua. Da mesma forma, a abordagem sistêmica tem desenvolvido especificações detalhadas das estruturas em estágios e traços de realização de diferentes gêneros.

O presente estudo apóia-se na pesquisa da semântica avaliativa conduzida pela lingüística sistêmico-funcional (LSF), conhecida como *Appraisal*. Ele tenta mostrar como os recursos lingüísticos de construção de emoção e ética são utilizados de modos peculiares para co-criar complexos de significado de alta ordem, ou *metarelacões* (Macken-Horarik, 2003), que predispõem os leitores a adotar determinadas atitudes em relação a entidades no curso do texto que se desenrola, especialmente o recurso de Julgamento do sistema de *Appraisal*.

Alguns conceitos básicos

A avaliação

Não se pode escapar da orientação avaliativa porque as palavras que pronunciamos não são nossas, diz Bakhtin ([1935] 1981:293), todas as palavras têm um “sabor” de uma profissão, um gênero, uma tendência, um partido, um determinado

trabalho, uma certa pessoa, um grupo etário, um dia e uma hora. Vološinov (1973:79) afirma que “há tantos significados de uma palavra quanto os contextos de seu uso”. E ele diz:

Não existe um receptor abstrato, um homem por si só, se assim podemos dizer. De fato, a palavra é um ato bilateral. Ela é determinada tanto por *aquela* de quem parte quanto por *aquela a quem é dirigida*. Uma palavra é *precisamente o produto da relação recíproca entre falante e ouvinte, produtor e receptor*. Cada palavra expressa ‘um’ em relação a ‘outro’ [ênfase no original] (85).

Por outro lado, Vološinov’s (1973:105) esclarece que a avaliação é o que determina o significado referencial, a “uma mudança de significado é, essencialmente, sempre uma *reavaliação*: a transposição de uma palavra de um contexto avaliativo para outro”. Ele diz:

Nenhum enunciado pode ser construído sem um julgamento de valor. Todo enunciado é acima de tudo uma *orientação avaliativa*. Por conseguinte, cada elemento num enunciado vivo não somente tem um significado mas também um valor [ênfase no original].

Para Hunston (1993), o sistema de valor é um aspecto importante da ideologia, e ela define avaliação como algo que indica a atitude do escritor frente ao valor de uma entidade do texto. É também verdade, contudo, diz ela, que o sistema de valor envolvido não é pessoal, mas social ou institucional.

As vozes do discurso

Textos constroem modelos de seus receptores e do mundo discursivo das muitas vozes através das quais eles serão recebidos. A visão dialógica do texto foi introduzida por Bakhtin (1935[1981], 1953[1986]) juntamente com a noção de heteroglossia: de que as diversas vozes (classes, gêneros, movimentos, épocas, pontos de vista) de uma comunidade formam um sistema intertextual no qual cada voz é necessariamente ouvida (Lemke 1989:39). O trabalho de Bakhtin fez teóricos da literatura e em última instância os lingüistas mais conscientes do caráter profundamente *'endereçoada'* de textos então chamados monológicos. Para Bakhtin/Vološinov, toda comunicação verbal, escrita ou falada, é ‘dialógica’ no sentido de que o falante ou o escritor sempre se refere ou toma de algum modo, o que foi dito/escrito antes, e simultaneamente antecipa respostas dos ouvintes/leitores reais, potenciais ou imaginados. Como Vološinov (1995:139) afirma:

A realidade da fala lingüística não é o sistema abstrato de formas lingüísticas – não é o enunciado monológico isolado, e nem o ato psicológico de sua implementação, mas o evento social da interação verbal implementado num enunciado ou enunciados.

Assim, a interação verbal é a realidade básica da língua. O diálogo pode também ser entendido num sentido mais amplo, significando não somente a comunicação verbal vocalizada direta, face-a-face entre pessoas, mas também a comunicação de qualquer outro tipo.

Informacional e afetivo

Uma das mais básicas funções da língua é, assim, criar relações interpessoais entre falantes e ouvintes através das palavras que constituem o texto. Mas não usamos a

língua apenas para nos dirigirmos aos interlocutores, pois também nos posicionamos em relação ao contexto ideacional ou proposicional dos nossos próprios textos (Lemke 1998). Bakhtin mostrou que as relações que os textos constroem, juntamente com essas vozes, são tanto *ideacional* (representacionalmente semânticas) e *axiological* (orientadas para valor) (Lemke 1989: 39).

A visão de que a lingual funciona tanto no nível descritivo quanto no avaliativo está já consagrada. Diferentes estudiosos capturaram essas funções sob diferentes categoriais – que podem ser em geral rotuladas como *informacional* e *afetiva* – e discutiram suas inter-relações. Faz sentido ver essas funções não como entidades separadas, mas como entrelaçadas ao longo de um contínuo comunicativo, muito semelhante a uma hélice dupla, de acordo com Sarangi (2003).

O significado implícito

Latour and Woolgar (1979:240) afirmam que ‘O resultado de uma *construção* de um fato é que ela parece não-construída; o resultado de uma *persuasão* retórica é que os participantes estão convencidos de que eles não foram convencidos’. Em outras palavras, para convencer, o que for persuasivo deve parecer ser reportagem. Segue-se que a avaliação através da qual a persuasão é transportada precisa ser altamente implícita e deve, de fato, evitar a linguagem atitudinal normalmente associada ao significado interpessoal. A avaliação tende a ser implícita e tende a depender do sistema de valores partilhados (Halliday 1985). Martin (2003:173) diz: “Prender-se a categorias abertas significa perder-se uma grande porção do significado atitudinal implicada pelos textos”. Macken-Horarik (2003) e Page (2003) demonstraram dois pontos importantes nessa questão. Um é o fato de a avaliação ser realizada prosodicamente, tal que realizações diretas tendem a colorir o discurso e assim confirmar as avaliações implícitas. O outro é que os textos podem ser entendidos como naturalizadores de uma posição de leitura de um leitor ‘ideal’, tal que se pudermos acessar essa posição através de etnografia apropriada, estaríamos em posição mais forte para conseguir consenso sobre as avaliações implicadas.

Stance e Appraisal

De acordo com Martin (2003), há muitas questões sobre a complementariedade entre *stance* e a análise de *Appraisal* e abordagens relacionadas que devem ser consideradas.

Stance – Para Precht (2003), os lingüistas críticos interpretam *stance* como um modo pelo qual a língua codifica a relação entre os interlocutores. Fairclough (1992) afirma que, em vez de codificar a certeza, dúvida e atitudes de modo direto, *stance* é ‘o ponto de intersecção do discurso entre o significado da realidade e a atuação de relações sociais – ou em termos da LSF, entre as funções ideacional e interpessoal da língua’ (160). Nuyts (2001) sugere que precisamos interpretar tais marcadores como (inter)subjetivos, e que precisamos interpretar *stance* simultaneamente como marcadores objetivos e subjetivos. Em sua pesquisa, Precht (no prelo) encontrou mais de 1.400 diferentes palavras com função de *stance* em inglês, quando em geral se usam apenas cerca de 150 em 90% das expressões de *stance*. Nossa expressão de *stance*, ela diz, está formatada pela cultura e costumes – fomos socializados para usar certos marcadores de *stance* em certas circunstâncias. E é o fato que permite aos leitores a reconhecerem situações específicas de avaliação.

Appraisal - Martin (2000) sugere que cada tipo de atitude envolve sentimentos positivos ou negativos, e que o Julgamento e a Apreciação podem ser interpretados como institucionalizações de Afeto, que se desenvolveram para socializar os indivíduos em várias comunidades de sentimento incomuns – Julgamento como Afeto recontextualizado para controlar o comportamento (o que devemos ou não fazer) e Apreciação como Afeto recontextualizado para orientar o gosto (que coisas são ou não dignas).

Ele prossegue dizendo que uma outra questão de pesquisa tem a ver com o que é em geral chamado de *hedging* (Hyland 1998) e outros como *stance* epistêmico (Conrad and Biber 2002), evidencialidade (Chafe 1986), intensidade (Labov 1984) etc. A teoria de *Appraisal* propõe-se a organizar esses significados em dois conjuntos de recursos, um referente à atribuição de *Appraisal* a uma fonte ou outra (Compromisso), e o outro com a gradação dos sentimentos (Gradação). Para White (2003), os fatores-chave que afetam seu uso no discurso são intersubjetivos, e referem-se ao fato de os falantes aceitarem posições alternativas à sua própria - construtos monoglóssicos ou heteroglóssicos (conforme Bakhtin ([1935] 1981) – e se eles abram alternativas (expansão) ou fechem-nas (contração).

***Appraisal* evocado ou inscrito**

Há dois modos básicos de *Appraisal*: evocado e inscrito. O *Appraisal* inscrito torna a atitude explícita através de léxico ou sintaxe avaliativos, imiscuindo-se diretamente no texto através de epítetos atitudinais. Já o *Appraisal* evocado é alcançado através de um certo tipo de enriquecimento lexical que cobre um ou mais trechos do texto, podendo tomar pelo menos duas formas. Pode envolver uma sutil infusão de sentimento numa seqüência de evento ou pode também envolver linguagem figurada. São o que Martin (2000) chama de 'tokens' de Atitude e são mais difíceis de 'detectar' porque seu significado é transferido e não literal. Contudo, de acordo com Macken-Horarik, o *Appraisal* evocado é importante para a análise porque é um mecanismo primordial pelo qual um texto se insinua nas atitudes do leitor. Mesmo as expressões atitudinais abertas, diz ela, por serem vozeadas por personagens, acabam sendo relativizadas pelo texto. Como escrevem Eggins and Slade (apud Page 2003):

A interpretação do significados dos itens lexicais é não somente dependente do co-texto como também do contexto sociocultural e o posicionamento dos interactantes. A análise *Appraisal* precisa portanto ser sensível a diferenças potenciais – de leituras ou 'escutas' de singnificaos atitudinais (1997: 126).

Assim a interpretação de tipos de *Appraisal* evocados depende pesadamente das inferências feitas pela audiência do texto. Como todas as análises de *Appraisal*, a classificação dessas evocações envolve um grau de subjetividade e precisa ser entendida como situada em contextos culturais específicos. Por isso, essas instâncias de *Appraisal* podem ter múltiplas interpretações.

O co-texto

A análise do discurso nos últimos anos enfatizou bastante a importância do contexto, por vezes perdendo aparentemente a visão da importância do co-texto (Martin 2000c); mas nunca entenderemos a função da avaliação de uma cultura se nossos estudos forem baseados, mesmo que quantitativamente, na análise de exemplos 'de-

contextualizados'. É o texto que significa, através de suas sentenças e o complexo de contingências entre eles. O que é interessante aqui é que a positividade ou a negatividade dos sentimento de *Appraisal* poderia retrospectivamente influenciar a interpretação do co-texto precedente. Thompson (1998) chama de 'ressonância' – a harmonia de significados que é um artefato de uma *combinação de* escolhas não identificáveis com nenhuma das escolhas tomadas sozinhas. Lemke (1998) fala sobre a qualidade 'propagativa' da avaliação.

O conceito de fase

O texto sob análise apresenta quatro parágrafos representando seus quatro estágios genéricos: o primeiro introduz o tema – a descrição das três profissões: a do carnavalesco, o técnico e futebol e do marqueteiro; os demais estágios lidam com a descrição de cada uma dessas profissões. Mas a categoria de estágio não é suficiente para captar o que Bakhtin chamou de 'dialogismo interno' dos textos. Seguindo a sugestão de Macken-Horarik (2003), vamos distinguir uma unidade de análise que é intermediária entre estágio e sentença: a *fase*. Ela se originou das tentativas de Karen Malcolm and Michael Gregory para 'caracterizar trechos de discurso nos quais há uma medida significativa de consistência e congruidade naquilo que está sendo selecionado semanticamente' (Gregory and Malcolm 1981; Gregory 1988).

Fase é uma unidade semântica e não uma unidade formal tal como o parágrafo. Ela possibilita o 'fatiamento' do texto de acordo com critérios especificáveis. No nosso texto, ao final de cada estágio genérico (que coincide com um parágrafo) em que fala das duas primeiras profissões (o carnavalesco e o técnico de futebol), Toledo pára a descrição para fazer um comentário sobre o marqueteiro. Assim cada estágio pode ser considerado como tendo duas fases: uma de descrição e outra de comentário. No modelo sistêmico, que prioriza o procedimento de escolhas, há implicações sobre como e quando o autor está inclinado a usar uma descrição oposta a uma afirmação de julgamento. Cada estágio, constituído por duas fases, apresenta-se como se vê na Tabela abaixo. Aqui, o estágio II, que trata do carnavalesco, vemos a sua descrição (na fase 1) e o comentário sobre o marqueteiro (na fase 2).

Tabela 1 – estágio II com as fases 1 (descrição) e 2 (comentário)

<p>O carnavalesco, até alguns anos atrás, era um desconhecido. Um pobre funcionário de segundo plano, mais desconhecido que a mais humilde das integrantes da ala das baianas, mais ainda que o gari que limpa a pista depois da passagem da escola. Foi então que, em 1976, com um primor de desfile, na Beija-Flor de Nilópolis, e a frase que lhe foi atribuída ("Pobre gosta de luxo. Quem gosta de pobreza é intelectual"), Joãozinho Trinta deu corpo e alma à profissão. Certas atividades devem tudo a uma só pessoa. Pense-se na de industrial. Que era o industrial, antes de Henry Ford? Ao inventar a linha de montagem e a produção em massa, ele inventou de quebra a profissão de Industrial. Pense-se, num outro extremo, na atividade de padre dublê de cantor e bailarino. Quem se atrevia a cantar e dançar enquanto rezava a missa, antes do padre Marcelo Rossi? Pois Joãozinho Trinta criou a categoria de carnavalesco. Hoje se dá valor ao carnavalesco. Virou um profissional mais observado que o mestre-sala, mais festejado que a porta-bandeira.</p>	<p>Fase 1</p>	<p>Estágio II</p>
---	---------------	--------------------------

Joãozinho Trinta tem mudado de time, o que prova que a profissão é inconstante como a de técnico de futebol. Hoje está na escola Grande Rio. E neste ano seu enredo será o Maranhão.		
"Epa!", dirá o leitor. Maranhão!?! Roseana Sarney!?! Sim, Maranhão e Roseana. O que prova que entre o carnavalesco e o marqueteiro as coincidências vão muito além do que sonha nossa vã filosofia.	Fase 2	

A descrição do carnavalesco é verdadeira, baseia-se em fatos e não contém muita linguagem atitudinal normalmente (Halliday 1985) considerada indicadora de avaliação, embora expressa com humor. Há epítetos, mas não carregadas-de-valor, pois são do tipo classificatório e não atitudinal, na terminologia da LSF (Halliday 1994). De fato, o carnavalesco era um pobre, humilde e anônimo ser até anos atrás; e Joãozinho Trinta ou Marcelo Rossi são pessoas sobejamente conhecidas do telespectador brasileiro. Mesmo quando ele diz:

“Que há em comum entre o carnavalesco, o técnico de futebol e o marqueteiro político? Primeiro: eles não entram em campo. São, por natureza, profissionais de ensaios e bastidores. Segundo: não se prendem à cor da camisa. Podem defender um time, escola ou candidato hoje, e, amanhã o time, a escola ou candidato oposto.”

Tudo isso é verdadeiro. Mas o fato é que este é um ensaio, e levando-se em consideração a posição política de Toledo, o leitor reage ao texto, avaliando as idéias nele contidas; não é uma mera descrição, mas uma descrição cujo objetivo é persuadir. Mas como essa persuasão acontece?

Primeiro, o autor apela para as afirmações categóricas¹ ou 'monoglóssicas'/ 'não-dialogadas', da perspectiva bakhtiniana (Bakhtin 1935[1981]: 427). O que isso significa em termos do posicionamento retórico ou intersubjetivo? De acordo com White (2003), a afirmação categórica é em geral associada com o 'conhecimento' consensual, versões de evento que são vistas como 'fatos'. O enunciado categórico não-dialogado opera onde se supõe que o senso comum não está em risco ou em dúvida. Em termos da LSF, que considera que as escolhas feitas pelo autor, o fato de Toledo ter escolhido fatos que podem ser expressas através de afirmações categóricas precisa ser levado em consideração na análise de *Appraisal*. Segundo, os valores atitudinais acumulam significado baseados na companhia que mantêm e nas relações que contraem com as palavras do texto. '*Joãozinho Trinta criou a categoria de carnavalesco*', diz o texto. 'Criar' não é em si uma palavra atitudinal, mas no contexto das frases que a cercam, ela conota Julgamento negativo, no sistema de *Appraisal*, como se a categoria de carnavalesco tivesse sido inventada desnecessariamente, como se ela tivesse brotado da imaginação de Joãozinho Trinta. Note-se que esta avaliação se propagará (Lemke 1998) até a descrição do marqueteiro. E lá, no último parágrafo, a entidade que surge da imaginação do marqueteiro não é ninguém menos, que o próprio presidente do Brasil. Toledo pergunta: '*Quem se atrevia a cantar e dançar enquanto rezava a missa, antes do padre Marcelo Rossi?*', assim amplificando sua intenção de caracterizar negativamente a avaliação do carnavalesco, já que a expectativa normal em relação a um padre católico seria a da discricção e do silêncio. Com referência a essa pergunta retórica, White (2003:

¹ Tradução para 'bare assertion'.

267) afirma que além da função de imitar a tomada de turno interativa que ocorre na comunicação falada, com vários participantes, ela pode servir para representar a proposição como tão auto-evidente ou consensual, que não precisa ser afirmada pela voz textual, e pode ser deixada para o leitor suprir o significado requerido.

Mas parte da persuasão está colocada na segunda fase: "*Epa!*", *dirá o leitor. Maranhão!? Roseana Sarney!? Sim, Maranhão e Roseana. O que prova que entre o carnavalesco e o marqueteiro as coincidências vão muito além do que sonha nossa vã filosofia*". O papel dessa fase é colocar o marqueteiro 'em cena', quando toda avaliação negativa da profissão descrita na primeira fase (chamemo-la A) fixa-se naturalmente na figura do marqueteiro (chamemo-la C), tal que $A = C$.

O mesmo artifício é usado por Toledo para descrever o técnico de futebol. Novamente, não há linguagem atitudinal e o trecho é aparentemente objetivo e livre de julgamentos pessoais. Contudo, será um erro caracterizar essa escrita como não-avaliativa. A atitude do escritor em relação ao técnico de futebol e à notoriedade alcançada pela profissão está claramente evidente (chamemos essa fase de B). Novamente, a primeira fase é seguida por uma segunda, em que o autor chama o marqueteiro em cena: "O tipo é estranho. Parece surgido da imaginação de um carnavalesco. Ou das instruções de um **marqueteiro**, ao maquiar seu candidato."

Chamemos essa fase de C, tal que $B = C$; da descrição anterior do carnavalesco igualando-se ao marqueteiro, temos $A = C$. Uma propriedade matemática estabelece que "se $A=B$ e $B=C$, então $A=C$. Ou em outras palavras, o carnavalesco iguala-se ao técnico de futebol, carregando ambos o Julgamento avaliativo negativo descrito nas primeiras fases; note-se que ambos já tinham sido comparados ao marqueteiro. Quando o leitor chega à descrição do marqueteiro, ele já tem um vasto conhecimento dos atributos desse profissional via a mencionada propriedade. A intenção do autor torna-se óbvia. É fazer o leitor identificar o marqueteiro - Duda Mendonça - com a avaliação negativa que construiu ao longo dos dois estágios genéricos anteriores. Esse procedimento é o que se chama 'crypto-argumentação', um modo persuasivo secreto de convencer o leitor, escondido em outro gênero, no caso, uma descrição objetiva de três atividades.

O que é notável na escrita de Toledo é que ele combina de modo genial uma crítica aguçada com um humor leve e elegante, geralmente amparada em conhecimento popular partilhado, o que faz lembrar o grande clássico da literatura portuguesa, Gil Vicente, que dizia "Ridendo castigat mores", isto é, "Rindo castiga os costumes". Nesse ensaio, Toledo, selecionou aspectos de eventos factuais e pessoas reais para fazer o leitor concluir que a eleição presidencial foi decidida por uma 'profissão inventada', a do marqueteiro, que:

Ao mudar de Paulo Maluf para Lula, não é que tenha trocado o Corinthians pelo Palmeiras, o Flamengo pelo Vasco ou o Atlético pelo Cruzeiro. É muito mais. Trocou Deus pelo diabo. Ou o diabo por Deus - decida o leitor quem, entre os destinatários da troca, merece o papel de Deus e quem o do diabo.

E sobre a profissão, ele diz:

Trata-se de profissional que fez decolar uma candidata com base em uma única qualidade: a de ser mulher. Roseana, diga-se, nesse ponto tem todo o merecimento, pois realmente é mulher. Não está fingindo, como tantos políticos fazem. De qualquer forma, é uma proeza sustentar um candidato com base nos

azares do percurso dos cromossomos dos pais.

A mensagem de Toledo é clara. O marqueteiro político é um homem que tem o poder de decidir a eleição presidencial brasileira. Sabemos, através da propriedade matemática, que ele é pobre, humilde, que melhor estaria fora de cena, um técnico de futebol que dormia durante os jogos, um homem que trocou Deus pelo diabo. Esse é o homem que convenceu o povo brasileiro a escolher Lula. O autor termina o ensaio, dizendo:

Uma campanha política, desde que passou à condução dos marqueteiros, pode chegar a uma explosão de festa e fantasia, um delírio de cores e embriaguez de formas dignos da imaginação de um carnavalesco. E a eleição pode virar um vertiginoso carnaval.

Conclusão

A pesquisa da funcionalidade interpessoal do discurso está interessada no modo como a linguagem constrói papéis e relações sociais e no seu potencial para operar retoricamente a fim de influenciar crenças, atitudes, expectativas e modos de interação. Para demonstrar a aplicação da tipologia na exploração dessas questões, o artigo enfocou o recurso de *Appraisal* de Julgamento. Trechos do texto não marcados explicitamente em termos de Atitude podem carregar significados avaliativos em virtude de elos coesivos para outras partes mais avaliativas do texto. Com base na natureza propagativa e cumulativa da atividade avaliativa, esperamos ter demonstrado como Toledo afirma, sem dizê-lo explicitamente, sua preocupação sobre a eleição presidencial no Brasil. A *crypto*-argumentação, que cria um texto ‘atrás’ do texto, estava escondida ‘atrás’ de uma equação matemática que foi desconstruída pela análise.

Apêndice

O carnavalesco, o técnico de futebol e o marqueteiro

Roberto Pompeu de Toledo

ENSAIO *Uma avaliação de três profissões que deixou os bastidores para roubar o espetáculo*

Que há em comum entre o carnavalesco, o técnico de futebol e o marqueteiro político? Primeiro: eles não entram em campo. São, por natureza, profissionais de ensaios e bastidores. Segundo: não se prendem à cor da camisa. Podem defender um time, escola ou candidato hoje, e amanhã o time, a escola ou candidato oposto. Terceiro: cada vez mais, roubam o espetáculo. Os imperativos de discrição e de silêncio que seriam de supor em quem ali está para preparar e coordenar o espetáculo, mas não é o espetáculo, têm sido largamente superados pela compulsão da exposição e pela sofreguidão dos egos. Este é um ano de técnicos de futebol e marqueteiros e, como todos os outros, de carnavalescos. Haverá Copa do Mundo e eleições e, como todos os anos, salvo imprevisto de última hora, haverá Carnaval. Examinemos o presente status de cada um desses profissionais, por ordem de entrada no calendário.

O carnavalesco, até alguns anos atrás, era um desconhecido. Um pobre funcionário de segundo plano, mais desconhecido que a mais humilde das integrantes da ala das baianas, mais ainda que o gari que limpa a pista depois da passagem da escola. Foi então que, em 1976, com um primor de desfile, na Beija-Flor de Nilópolis, e a frase que lhe foi atribuída ("Pobre gosta de luxo. Quem gosta de pobreza é intelectual"), Joãozinho Trinta deu corpo e alma à profissão. Certas atividades devem tudo a uma só pessoa. Pense-se na de industrial. Que era o industrial, antes de Henry Ford? Ao inventar a linha de montagem e a produção em massa, ele inventou de quebra a profissão de Industrial. Pense-se, num outro extremo, na atividade de padre dublê de cantor e bailarino. Quem se atrevia a cantar e dançar enquanto rezava a missa, antes do padre Marcelo Rossi? Pois Joãozinho Trinta criou a categoria de carnavalesco. Hoje se dá valor ao carnavalesco. Virou um profissional mais observado que o mestre-sala, mais festejado que a porta-bandeira. Joãozinho Trinta tem mudado de time, o que prova que a profissão é inconstante como a de técnico de futebol. Hoje está na escola Grande Rio. E neste ano seu enredo será o Maranhão. "Epa!", dirá o leitor. Maranhão!? Roseana Sarney!? Sim, Maranhão e Roseana. O que prova que entre o carnavalesco e o marqueteiro as coincidências vão muito além do que sonha nossa vã filosofia.

O técnico de futebol nunca foi um desconhecido. Sempre foi profissional prestigiado. Mas era um participante discreto no conjunto do espetáculo. Mais propriamente, era invisível. Seus grandes momentos eram o treino e as instruções no vestiário, ambas atividades exercidas fora das vistas do público. Durante o jogo, ficava confinado à boca de um túnel, em certos estádios, e em outros a um triste banquinho, onde se impunha que ficasse quieto. O técnico da seleção de 1958, Vicente Feola, desempenhava tão humilde papel que, dizia-se, até dormia durante o jogo. De uns anos para cá, desde que o técnico foi liberado para ficar junto ao campo e dar instruções durante o jogo, a profissão mudou de natureza. O técnico virou parte do show. As câmaras de TV grudam nele mais do que no centroavante, captando-lhe o mais mínimo dos gestos, as efusões e desesperos, bem como, pela leitura labial que a

proximidade das tomadas permite, o repertório de palavras. Com a subida do técnico às culminâncias do estrelato, surgiu uma novidade na galeria de tipos do futebol: o técnico de terno e gravata. O tipo é estranho. Parece surgido da imaginação de um carnavalesco. Ou das instruções de um marqueteiro, ao maquiar seu candidato. Faz figura tão deslocada quanto seria a de um executivo de chuteira na reunião de diretoria.

Os marqueteiros... Bem, se os carnavalescos e os técnicos adquiriram tais culminâncias, que dizer dos marqueteiros? Seu prestígio é tal que aumenta a cada dia o reclamo de que Duda Mendonça e Nizan Guanaes se enfrentem diretamente nas umas. "Chega de intermediários!" Guanaes, como um técnico campeão, é disputado entre Roseana Sarney, atual detentora de seu passe, e o pretendente José Serra. Não é à toa. Trata-se de profissional que fez decolar uma candidata com base em uma única qualidade: a de ser mulher. Roseana, diga-se, nesse ponto tem todo o merecimento, pois realmente é mulher. Não está fingindo, como tantos políticos fazem. De qualquer forma, é uma proeza sustentar um candidato com base nos azares do percurso dos cromossomos dos pais. Já Duda Mendonça foi além do que iria um técnico. Ao mudar de Paulo Maluf para Lula, não é que tenha trocado o Corinthians pelo Palmeiras, o Flamengo pelo Vasco ou o Atlético pelo Cruzeiro. É muito mais. Trocou Deus pelo diabo. Ou o diabo por Deus - decida o leitor quem, entre os destinatários da troca, merece o papel de Deus e quem o do diabo. Uma campanha política, desde que passou à condução dos marqueteiros, pode chegar a uma explosão de festa e fantasia, um delírio de cores e embriaguez de formas dignos da imaginação de um carnavalesco. E a eleição pode virar um vertiginoso carnaval.

Referências

- BILLIG, M. Prejudice, categorization and particularization: From a perceptual to a rhetorical approach. *European Journal of Social Psychology* 15 p.79-103, 1985.
- BOWKER, G.; STAR, S.L., *Sorting things out: Classification and its consequences*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.
- EDWARDS, D. *Discourse and cognition*. London: Sage, 1997.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. London: Longman, 1989.
- FOWLER, Roger. *Language in the news*. NY: Routledge, 1991.
- HALLIDAY, M.A.K.. *Language as Social Semiotic*. London: Edward Arnold, 1978.
- *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985/1994.
- HUNSTON, S., Evaluation and ideology in scientific writing. In M. Ghadessy (ed.) *Register analysis. Theory & practice*. London: Pinter, p.57-73, 1993.
- 1994. Evaluation and organization in a sample of written academic discourse. In: Malcolm Coulthard, *Advances in written text analysis*. London: Routledge, 1994.
- KITIS, E.; MILAPIDES, M. Read it and believe it: How metaphor constructs ideology in news discourse. *Journal of Pragmatics* 28, p.557-590, 1997.
- LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *Laboratory life: The social construction of scientific facts*, Beverly Hills, CA: Sage, 1979.
- LEMKE, J.L. Resources for attitudinal meaning – Evaluative orientation in text semantics. *Functions of language* 5.1, p.33-56, 1998.
- MACKEN-HORARIK, M. APPRAISAL and the special instructiveness of narrative. *Text* 23.2, p. 285-312, 2003.
- MÁKITALO, Asa. Accounting practices as situated knowing: dilemmas and dynamics in institutional categorization. *Discourse Studies* 5.4, p.495-516, 2003.
- MARTIN, J.R. *English Text – System and structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2000.
- Introduction. *Text* 23.2, p.171-181. 2003.
- MIDDLETON, D.; EDWARDS, D. *Collective Remembering*. Londres: Sage.1990.
- PAGE, R. E. An analysis of APPRAISAL in childbirth narratives with special consideration of gender and storytelling style. *Text* 23.2, p.211-237, 2003.
- PRECHT, K. Stance moods in spoken English: Evidentiality and affect in Britain and American conversation. *Text* 23.2, p.239-257, 2003.
- SARANGI, S. Editorial–Evaluating evaluative language. *Text* 23.2, p.165-170, 2003.
- SEMINO, E. *Language and World Creation in Poetry and Other Texts*. Londres: Longman, 1997.
- WHITE, P.R.P. Beyond modality and hedging: A dialogue view of the language of intersubjective stance. *Text* 23.2, p.259-284. 2003.